

MANUEL MARIA CARRILHO

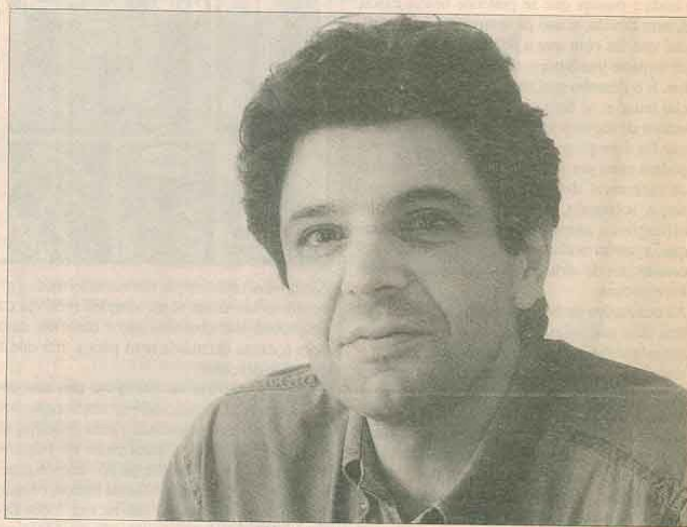
O magistério da Filosofia

ALEXANDRA ABRANCHES *

O que pensa um filósofo a quem acontece estar no poder? Dois livros de Manuel Maria Carrilho, actual ministro da Cultura, apresentam-se como efímeras para responder a esta questão, desde logo em virtude da modalidade em que se inscrevem. Se «Filosofia» (publicado na colecção O Que é, da Difusão Cultural) apresenta directa e sistematicamente os contornos do campo de acção do filósofo (sem com isto, claro, ser afirmado um qualquer fechamento à partida), já em «Aventuras da Interpretação» encontramos os sinais do contacto entre essa actividade chamada filosofia e o todo mais vasto da cultura.

As razões para este cruzamento, longe de serem marginais ou acidentais ou resultado de uma qualquer perversão, encontram um suporte na problematidade própria da filosofia, evidenciam o campo de experimentação desta, dão testemunho do seu papel desmistificado enquanto actividade humana entre outras. Colecção de artigos com fins diversos, vários dos quais publicados em jornais, este último livro abrange um vasto conjunto de temas «quotidianos» incluindo referências de tipo político que um recurso ao quadro teórico exposto no primeiro permitem iluminar.

Um exemplo: sem intenções normativas, isto é, sem intenção de fundar a política na filosofia, é-nos dito em «Aventuras da Interpretação» que «a especificidade da esquerda não deve consistir tanto em procurar melhorar o estatuto da política cultural (por exemplo, com a promoção da Secretaria de Estado a Ministério) mas em reivindicar uma nova função para a cultura». (Pp. 70-71). Seria inclusivamente este, o da cultura, o campo onde se jogaria a actual possibilidade de «identificar distinguindo» esquerda e direita; esta trata a cultura co-



MANUEL MARIA CARRILHO

mo património adquirido e estável; aquela, vê a cultura como aquilo que se faz, um projecto, envolvendo, claro, aquilo que já foi feito, o património, do ponto de vista das suas potencialidades de interacção ou redescrção (o património não é estático, não é um resto ou ruína, mas uma paisagem em mutação). «Integrar o cultural no político» e assumir o papel interventor do Estado permitirá ultrapassar impasses e oposições entre «o privilégio do património e as exigências da criação».

Esta circunscrição encontra o seu paralelo na descrição do espaço filosófico e na alternativa que contemporaneamente o constitui: essencialismo versus pragmatismo. «O que é a Filosofia?» é uma pergunta que obtém como resposta não uma definição estável, mas um mapa de elementos móveis.

Esta forma, longe de se esgotar numa questão de estilo ou estratégia como superfície transmitindo uma mensagem (antes testemunhando do carácter constitutivamente estratégico de qualquer discurso), funda-se afinal numa perspectiva ou ponto de vista para o qual oposições como forma/conteúdo, aparência/realidade que sustentam as pretensões da filosofia a um estatuto de excepcionalidade na ordem do saber e da cultura, não fazem sentido. Devem ser abandonadas como desinteressantes em favor de tematizações mais promissoras. Logo à partida, então, é a própria questão «o que é a filosofia?» que é colocada numa cartografia que lhe evidencia os limites decorrentes de uma qualquer tomada de posição.

A pergunta não é neutra porque supõe desde logo que a filosofia é, que existe uma coisa como a filosofia, cuja substancialidade seria

identificável ao longo das suas manifestações particulares. Definir filosofia é sempre já ter uma posição que origina ou gera os critérios que permitem construir essa definição e, consequentemente, determina os seus efeitos de inclusão e exclusão. Ao mesmo tempo, definir filosofia é tomar um lugar na «rede» em que a actividade filosófica se constitui, actividade que vive do seu carácter conflitual, inscrito na sua tradição (de que é o principal legado) e motor da comunidade dos seus actores. Se existe a filosofia, ela recobre afinal os recantos, conflitos, desafios, rejeições das filosofias. Não há, pois, definição exterior possível, que congregue cordatamente as múltiplas manifestações, ao longo da história ou num seu momento, do «filosófico».

A pergunta essencialista — porque pretendendo estabilizar um sentido a-histórico, a-contextual, constituindo uma natureza da filosofia à qual seriam redutíveis ocorrências particulares sob a forma de filosofias, reconciliadas e redutíveis porque a razão que nelas opera seria a mesma e a verdade que ela permite atingir seria uma só — substituiu-se a questão pragmatista: «quando há» filosofia? Afinal, «o que querem e o que fazem os filósofos?» Se afinal eles persistem, apesar de notícias acerca do «fim da filosofia», há que desdramatizar: se houve um fim, foi o de uma determinada concepção de filosofia, e a lição a retirar diz respeito à indevida intromissão do perene e do universal nos assuntos humanos, filosofia incluída, em relação aos quais temporalidade, contexto e contingência são afinal incontornáveis.

Uma primeira chave para ler o mapa traçado é a noção de perspectiva. O mesmo será dizer que esta é uma posição que, reconhecendo a fenda provocada por Nietzsche no tribunal filosófico, na auto-afirmação da filosofia como discurso fundador, logo legitimador da ordem racional, admite ser apenas uma posição e disso não retira consequências catastrofistas.

Não há lugar de observação que não exponha o seu carácter limitado, relativo às condições que o constituem. Daí a importância da noção de contexto, afastando-se a possibilidade de um ponto de vista de Deus sobre o mundo, e da noção de contingência, testemunhando a vontade de libertar o pensamento do fascínio perigoso do absoluto. As consequências do perspectivismo para a linguagem encontram-se na afirmação do primado da interpretação sobre os factos (e é assim esclarecedor o artigo «A invenção dos factos» em «Aventuras da Interpretação»), na multiplicação daquela em jogos (logo, vista enquanto actividade, com regras determinadas e fins, apontando para o registo da acção e do uso onde o critério de abordagem são os efeitos, e não como meio transparente), na substituição do seu carácter, representacionalista pelo seu funcionamento metafórico.

A linguagem é o modo de infinita interpretação do mundo, o lugar onde este é constante e diversamente descrito e redescrito, narrado, e não método de desocultação de uma verdade soterrada sob aparências, de uma necessidade regulando contingências ilusórias. Duas outras chaves surgem para alargar a descodificação do mapa.

O cruzamento do perspectivismo com o pragmatismo e com a renovação da retórica permite acentuar os efeitos contemporâneos sobre um tema caro à filosofia e à sua história: o da verdade. A posição em relação a esta pode até servir como pedra de toque para a descrição do panorama filosófico recente, ilustrando a deriva em relação a uma inspiração epistemológica. O perspectivismo nietzscheano impede que a concepção de verdade como correspondência se mantenha.

O conhecimento é sempre «solidário de pontos de vista pontuais de que o homem só ficionalmente se liberta», a verdade é uma crença articulada com esse ponto de vista e mensurável em função da sua utilidade para a vida. O critério pragmático de sentido afasta-nos resolutamente da ideia de verdade como adequação (da filosofia como espelho da natureza, como diria Rorty), ou apreensão de uma essência estável sob a diversidade manifesta, para passar a dar conta dessa mesma diversidade originada no carácter contextual dos objectos e da nossa posição de acesso a eles: a nossa concepção dos efeitos, com concebíveis implicações práticas, de um objecto, é toda a nossa concepção desse objecto.

A crença é o resultado destes efeitos na consciência e a objectividade envolve então o acordo da comunidade de consciências. Assim, a linguagem não pode nunca pretender uma descrição do modo como as coisas realmente são, fora de qualquer relação ou contexto; a verdade é um assunto comunitário. As formulações neopragmatistas acentuam as consequências socio-políticas desta noção de verdade. Com Dewey, a filosofia é vista como um instrumento para pôr as pessoas mais confortáveis e a caixa de ferramentas da tradição deve ser constantemente actualizada: o inútil deve ser deitado fora, por vezes há que reciclar, outras vezes ainda inventar.

O papel social do filósofo não é, como pensavam Platão ou Marx, fornecer os grandes meios teóricos (os universais ou as leis da história como fontes do sentido) para acabar de vez

com a injustiça, mas sim pequenos meios experimentais. É que, não existindo um lugar de observação privilegiado sobre o real de que a filosofia, em virtude de um bom método, se tinha apossado, abarcando a partir dele a verdade e emitindo a partir dele decretos regulando o saber e a acção humanos, os filósofos inscrevem-se decididamente no interior do quadro da cultura, e não acima como realização plena, ou na base como fundamento. «O filósofo não tem estatuto de excepção na comunidade.»

A actividade do filósofo, aquilo que o filósofo faz, é utilizar um certo dispositivo retórico-argumentativo, tal como qualquer outra actividade humana; o seu valor mede-se em função dos efeitos conseguidos pela utilização desse dispositivo: a ideia de racionalidade, afastada da matriz cientista, admite o pluralismo das interpretações autorizado pelo perspectivismo, que convive de forma positiva com a conflitualidade. Há racionalidades e não racionalidade assim como há filosofias e não filosofia, assim como há jogos de linguagem e não a linguagem, neutra na sua relação com «o mundo».

O filósofo é um «intérprete-mediador» e o conceito é uma palavra a funcionar no âmbito de um jogo de linguagem. Trata-se de opor o pluralismo ao consenso: não há um jogo transcendental ao qual as linguagens e regras dos jogos pudessem reduzir-se e a partir do qual pudessem ser avaliadas: «que os filósofos deixem de ser juízes do tribunal da razão e se tornem parceiros sem privilégios da conversa em que se tece a cultura da humanidade».

A filosofia assume-se enquanto experimentação «aberta às contingências», ordenando-se pela «expectativa dos efeitos que sabe produzir e acolher»; os temas retóricos configuram o campo da sua actividade e inscrevem-na numa «matriz da racionalidade (que) se desloca da ciência para a cultura». O neopragmatismo de Rorty propõe para a filosofia na contemporaneidade um papel em que esta não se exime da intervenção pública, antes deve ao seu «entrosamento com as crenças e desejos dos homens, ao seu papel na vida — política, ética, científica, etc. — da comunidade» a sua pertinência: contribui para «continuar o jogo» da autoconstrução da humanidade, sem necessidade de apontar um horizonte regulador. É também Rorty quem fornece o conceito que recobre esta função filosófica, juntamente com os traços irónicos que caracterizam o seu exercício: a solidariedade ou «uma atenção particular às práticas culturais, artísticas e outras da comunidade», sustenta o «programa neopragmático».

Assim, a actividade filosófica adquire contornos políticos, participando na permanente construção de identidades culturais, «retrato do jogo plural das diversidades mais dinâmicas numa sociedade». E participa nela como o rei-filósofo de Platão, ocupando o lugar cimeiro de uma hierarquia porque conhece o Bem e a Verdade, mas como o príncipe de Maquiavel, confrontado com a gestão do «elemento humano que marca a experiência e a história», as paixões, e com a sua contingência radical, reconhecendo, como bom ironista, «que tudo o que aconteceu podia ter acontecido de outro modo».

Manuel Maria Carrilho
O QUE É A FILOSOFIA?
Difusão Cultural. 120 págs. 1575\$00

AVENTURAS DA INTERPRETAÇÃO
Presença. 205 págs. 2350\$00

(*) Licenciada em Filosofia pela Fac. de Letras da Univ. do Porto. Professora do Ensino Secundário. Prepara uma tese de Mestrado em Filosofia a apresentar à Univ. Nova de Lisboa.